

## **TERRITORIALIDADE CAMPONESA E AGROECOLÓGICA: uma aproximação com a experiência dos camponeses organizados no pólo sindical da Borborema – Paraíba.**

Paolo Marti Grasson Pereira de Souza Viola

Comentado [1]:

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo realizar uma abordagem territorial para a Agroecologia, tomando como referência os conteúdos presentes na experiência dos camponeses organizados através do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema<sup>1</sup>, na Serra da Borborema, Mesorregião do Agreste Paraibano. Procurou-se analisar os aspectos relacionados à perspectiva da Convivência com o Semiárido na construção do que aqui chamo de uma territorialidade camponesa e agroecológica. Destacam-se no recorte de análise aqui realizado, as dinâmicas de gestão coletiva de recursos hídricos, através da construção de Fundos Rotativos Solidários para a construção de cisternas de ferrocimento.

**Palavras-chave: Agroecologia, Territorialidade, Semiárido.**

### **Introdução**

O presente trabalho busca apresentar a pertinência da abordagem territorial no que tange à necessária compreensão das relações de poder em que a Agroecologia se inscreve, a partir da ação social de determinados sujeitos no território, considerando as “marcas dos protagonistas internos que os instituíram”, isto é, suas territorialidades, sempre em tensão com outros grupos sociais (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Dessa forma, procurou-se analisar as estratégias do Polo Sindical da Borborema para retomar e atualizar uma longa tradição de resistências sociais que se estruturaram como respostas ativas a conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa, incorporando a Agroecologia como ferramenta de mobilização social e construção do conhecimento no território.

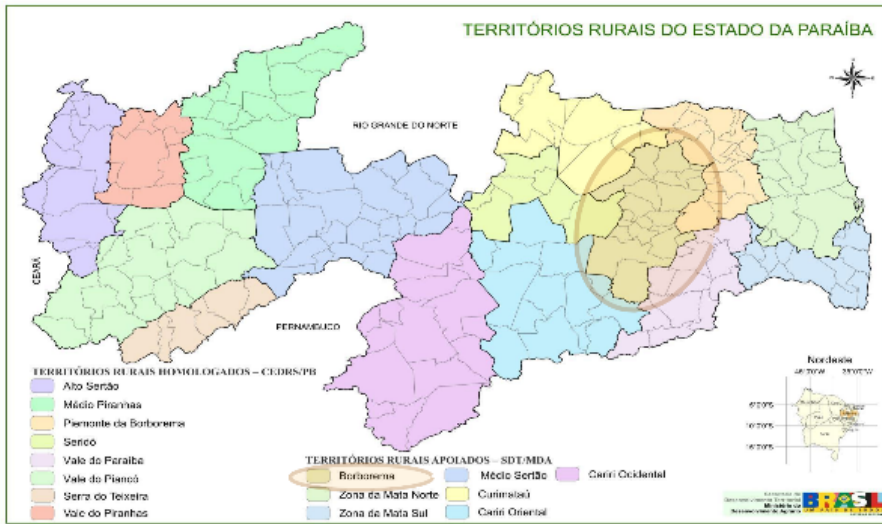
1 O Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema é formado por 17 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e por cerca de 50 associações comunitárias. Trata-se de uma organização de agricultores ecológicos, que apoia redes locais de inovação agroecológica. Atualmente, o Polo promove a articulação de mais de 5 mil famílias camponesas dos 14 municípios que formam o Território da Borborema.

As dinâmicas de organização social orientadas pela perspectiva da Convivência com o Semiárido, inscritas através das ações sociais mobilizadas pelo Polo, são analisadas a partir das interações e pertencimento dos sujeitos a uma “coletividade” historicamente construída.

Para entender a construção dessa coletividade naquela região é necessário retomar o histórico das lutas camponesas protagonizadas por organizações sindicais de trabalhadores rurais, com suporte das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e organizações ligadas à Igreja católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com destaque para a microrregião do brejo paraibano. A partir desse histórico, será contextualizado o processo por meio do qual as organizações sindicais atuantes na região passaram a se apropriar do debate trazido pela Agroecologia, na década de 1990, culminando na conformação do Polo Sindical da Borborema, através da parceria com a AS-PTA<sup>2</sup>.

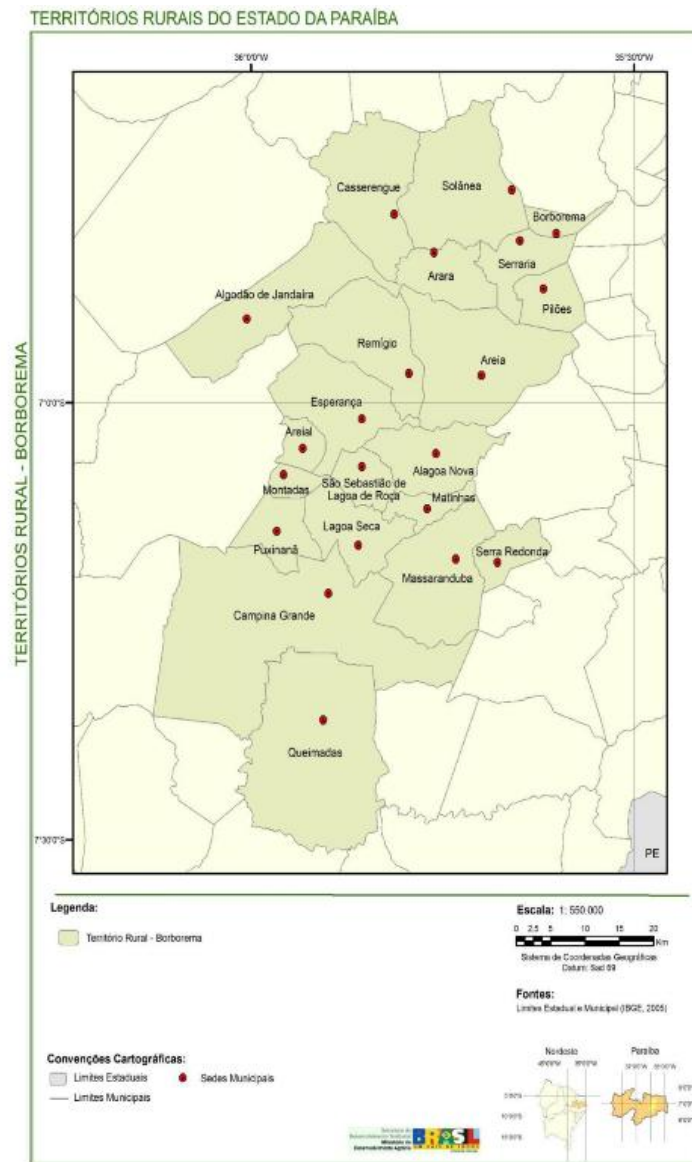
Por fim, procurou-se identificar aspectos dessas dinâmicas capazes de apontar para um empoderamento de sujeitos historicamente subalternizados no território, considerando os sistemas de mediação com uma ordem de poder distante, aqui entendida como a arena política com projetos antagônicos que se constrói por diferentes instâncias de representação entre sociedade civil e Estado.

2 A AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável a partir da Agroecologia.



**Figura 1** – Mapa dos Territórios Rurais do Estado da Paraíba – 2010

Fonte: Adaptado de MDA, 2010, p. 10



**Figura 2** – Mapa do Território Rural da Borborema – 2010

Fonte: MDA, 2010, p. 11

## Materiais e métodos

As análises realizadas no presente artigo, tiveram como base os materiais coletados em Trabalhos de Campo construídos com apoio da equipe da AS-PTA, somados ao levantamento bibliográfico pertinente aos assuntos tratados. As entrevistas e depoimentos coletados, e o convívio de uma semana na Comunidade da Gruta de Santa Tereza, município de Solânea/PB, microrregião do brejo paraibano, foram essenciais para complementar as reflexões construídas a partir de revisão bibliográfica acerca do histórico das lutas camponesas na região.

Os dados e depoimentos coletados em campo não possuem representatividade para cada município de atuação do Polo ou expressividade quantitativa em relação ao número de famílias envolvidas em sua dinâmica territorial. Seus conteúdos são produto de entrevistas com técnicos da AS-PTA, dirigentes sindicais do Polo e lideranças comunitárias, e têm relação principalmente com as metodologias de assessoria técnica e mobilização social que envolvem a maior parte dos sujeitos e organizações sociais envolvidas.

### **Sobre território e territorialidades**

Segundo Mitidiero Junior (2008), o território pode ser concebido como “produto de apropriação e transformação do espaço pelo e para o homem no decorrer do processo histórico” (Ibid, p. 36). Trata-se de uma concepção de que o território não existe como realidade puramente natural, ou seja, “não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia)” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 229). Tampouco que as condições naturais determinam a forma de apropriação da natureza por uma sociedade, seu progresso, sua expansão ou seu isolamento e por assim dizer sua formação territorial.

A relação dos limites fronteiriços de um território com as contradições do modo de produção daquele determinado período histórico, conferem o caráter temporal histórico desses limites, e por assim dizer, a própria “geograficidade da história”, como nos sugere Porto-Gonçalves (op. cit., loc. cit.). Esta geograficidade, para além das condições naturais, implica também nos aspectos simbólicos da apropriação de um território, já que, “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (Ibid., p. 230).

Segundo Raffestin (1993, p. 158/159), “quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais”.

Assim como o território, compreendo que a territorialidade procede de uma problemática relacional em que o poder se expressa espacialmente de forma multidimensional, por isso é imprescindível a compreensão de que quando nos referimos às relações de poder inscritas no território, são sujeitos sociais que estão a exercer este poder. Essas relações, portanto, decorrem da “ação social” (MITIDIERO-JUNIOR, 2008) desses sujeitos.

Para Raffestin (1993), a territorialidade é definida por uma relação particular em determinadas delimitações espaciais, sempre dinâmicas, entre o(s) “sujeito”(s), em sua(s) interação(ões) e pertencimento a uma “coletividade”, e a “exterioridade”, que segundo o autor pode ser “um espaço abstrato”, como “um sistema institucional, político ou cultural” (RAFFESTIN, op. cit., p. 160). Faço a opção de me referir ao que o autor chama “exterioridade”, como “uma ordem distante de poder”, compreendendo que nas contradições que buscamos compreender e revelar acerca do território, não há um componente externo, mas dialeticamente relacionado de forma sistêmica. A territorialidade, portanto, é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (Ibid, p. 161/162).

No presente estudo, os sujeitos desta territorialidade são camponeses. Compreende-se que este grupo social tão diverso culturalmente, possui como traço comum, além da centralidade do trabalho familiar, entre outros elementos (MARQUES, 2008), o fato de ocuparem uma condição de subalternidade na sociedade capitalista, o que Gramsci (2002) chama de “grupos sociais subalternos”. Isto reforça a importância da territorialidade que esses sujeitos inscrevem, com suas estratégias e criatividade diante das crises e com sua capacidade de auto-organização, em sua relação com a ampliação ou não das possibilidades de permanência camponesa na terra, conforme procuramos analisar.

### **A Diocese de Guarabira e o “Novo Sindicalismo Rural”**

A região de atuação do Polo Sindical da Borborema, na Serra da Borborema, Mesorregião do Agreste Paraibano, caracteriza-se como uma área de transição entre a Zona da Mata, mais úmida, e o Sertão seco.

A “campesinização” dessa região no século XVII, surge em decorrência da sobra de mão-de-obra da pecuária extensiva, e da necessidade de subsistência dos próprios vaqueiros que tratavam e administravam o gado dos proprietários das grandes fazendas (ANDRADE, 1980). Desde então, a região vem experimentando um desenvolvimento que alterna períodos de “descampesinização” e “recampesinização”. Em partes, esse processo decorre das transformações do mercado de produtos primários, que deixa os camponeses ao sabor dos interesses dos grandes proprietários nos diversos “ciclos econômicos” ali desenvolvidos: algodão, café, cana-de-açúcar, agave, pecuária, fumo e laranja (CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; DE SOUZA BASTOS, V., 2013). De outro lado, esse processo é marcado pelo notável poder de resistência e mobilização dos camponeses, desde o período de atuação das Ligas Camponesas e, depois de sua dizimação pela ditadura militar, através de sua organização nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e da ação territorial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; DE SOUZA BASTOS, V., 2013 ; MITIDIERO-JUNIOR, 2008).

Na escarpa leste do planalto, situa-se a área pertencente à Microrregião do Brejo Paraibano, constituído por ilhas de umidade e solos férteis, onde muitas famílias dedicam-se ao cultivo de frutas. O relevo bastante acidentado é percorrido pelas águas da bacia do Rio Mamanguape (SILVEIRA ; FREIRE ; DINIZ, 2010).

Tomando como referência alguns processos sociais vivenciados nessa Microrregião, é possível reconhecer a importância da Igreja católica, em sua vertente progressista ligada à Teologia da Libertação (MITIDIERO-JUNIOR, 2008), na formação política dos camponeses, que posteriormente converteram-se em ações de resistência à expropriação e à superexploração.

Segundo Mitidiero-Junior (2008) e Oosterhout (2007), essas ações de resistência intensificam-se a partir da década de 1980, com o início de abertura política do período da Ditadura Militar, com destaque para dois importantes fatores: a chegada do Bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira na Diocese de Guarabira-PB, impulsionando a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Guarabira-PB, inicialmente atuante como Pastoral Rural (1); e o movimento de renovação do sindicalismo rural da região (2).

A partir de 1975, a região do brejo paraibano vive uma mudança no padrão de uso da terra, marcado pela expansão canavieira, decorrente da mudança da finalidade de sua produção. Até então, a cana-de-açúcar tinha finalidades concentradas para o açúcar, a rapadura e a aguardente. A partir desta data, a produção passa a ser destinada à produção de álcool para

combustível, através da criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), apoiado em uma forte política de incentivos e créditos (FERREIRA, 2009).

Essa política configurou-se como um redirecionamento da política agrária para um modelo modernizante de monocultura da cana-de-açúcar (FERREIRA, 2009).

Por conta dos grandes incentivos fiscais, a pretensão dos latifundiários de investimento e uso da terra para produção canavieira cresceu. Assim, os antigos moradores das fazendas de engenhos que plantavam roçados e trabalhavam na cana-de-açúcar simultaneamente, passaram a ser impedidos de produzir, e em muitos casos, foram expulsos das terras, o que provocou um processo de descampenização (PIRAUX; DE SOUSA MIRANDA, 2010). Foi também um momento marcado pela territorialização do capital, com assalariamento das relações de trabalho, que instituiu várias diferenças entre os direitos trabalhistas do setor urbano em relação aos direitos trabalhistas do homem e da mulher do campo. Segundo Fernandes (apud Ferreira, 2009, p. 25), marcava-se a “transformação de pequenos produtores - proprietários, moradores, arrendatários - em uma massa de trabalhadores de caráter temporário”.

Entre 1977 e 1983, as principais lutas camponesas foram, portanto, sindicais, por direitos trabalhistas no setor canavieiro (RODRIGUES, 2012). A presença da Igreja nessas lutas foi bastante marcada pela chegada do bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira ao município de Guarabira, em 1975, e se intensificou a partir da criação da Pastoral Rural, em 1979.

Essa atuação social da Igreja junto aos camponeses teve uma repercussão importante no movimento sindical do brejo, e foi fundamental no processo de organização das oposições sindicais, que chamavam atenção para a importância de aumentar a participação dos trabalhadores e camponeses na vida sindical (RODRIGUES, 2012)

Apesar das duras perdas decorrentes da reação violenta dos latifundiários, a atuação conjunta da CPT, ou Pastoral Rural, com os STRs no brejo paraibano, contribuiu para que os camponeses lograssem muitos êxitos, tanto em ações trabalhistas, quanto no acesso à terra através de processos de assentamento. Segundo Mitidiero-Junior (2008, p. 401):

[...] os 34 assentamentos realizados pela CPT em conjunto com os sindicatos rurais, cuja “parceria” pode ser marcada por várias situações: determinados sindicatos buscam o apoio da CPT ou possuem quadros que estão muito próximos da Pastoral, ou a CPT apoia a formação de sindicatos combativos; a luta pela terra se inicia sob a bandeira do sindicato, mas, no decorrer, os trabalhadores rurais sem terra recusam o apoio do sindicato e procuram a pastoral da terra. Esses 34 assentamentos estão



concentrados na região do Brejo e de Guarabira, onde a atuação da CPT foi mais efetiva na tomada dos sindicatos considerados pelegos.

Todo esse movimento de luta e resistência dos camponeses criou as bases para o Novo Sindicalismo Rural no Brejo e é também um exemplo importante dos resultados do trabalho da Diocese de Guarabira.

### **Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba**

Na década de 1990, os subsídios para a pecuária de corte foram suspensos, deflagrando uma crise do setor devido aos altos custos para a manutenção do peso dos rebanhos, especialmente nos anos de seca. A produção canavieira também sofreu com a mesma situação.

Foi um período de fortalecimento da pequena agricultura, principalmente por conta das condições de “recampesinização” forjadas nas lutas do período anterior, da reestruturação dos sindicatos e da criação de novas instituições capazes de realizar a mediação entre os agricultores e o poder público (PIRAUX; DE SOUSA MIRANDA, 2010). Ainda assim, alguns problemas permaneciam sem solução, como a comercialização da produção, dominada por atravessadores, e o acesso ao crédito, que apesar da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>3</sup>, não supriu as necessidades dos camponeses.

Os juros, que com certa distância da realidade e do modo de vida dos camponeses poderiam parecer relativamente baixos, para uma parcela muito grande desses sujeitos representavam quantias relevantes. Isso se reforça pelo fato de os camponeses pertencerem a um público que ao banco não é interessante, já que suas possibilidades de garantias para a segurança de uma operação bancária, na ótica dos bancos, são insuficientes (TOLENTINO, 2013).

Outro aspecto limitante da relação dos camponeses com o crédito, tem relação com a lacuna simbólica, que também é material, entre a intencionalidade por traz do crédito por parte do agente financiador (no caso do PRONAF, o Estado) e a apreensão do mesmo por parte dos

3 PRONAF é uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Implementada durante o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, o programa passou por transformações durante o mandato de Lula, mas manteve-se como a principal política de crédito para a agricultura familiar nos dois governos, assim como no governo de Dilma Rousseff. (TOLENTINO, 2013).

camponeses. O primeiro, pressupõe a oferta de crédito com a finalidade de viabilizar o empreendimento dos segundos, com uma lógica empresarial cujo tempo é linear, ou seja, em que a energia empregada no presente direciona-se, através de um planejamento, a um “futuro abstrato” (TOLENTINO, 2013, p. 177). Os segundos, por sua vez, possuem uma apreensão do crédito bastante distinta. A própria relação com o tempo e a racionalidade econômica nela referenciada é outra.

Para ilustrar a análise, podemos tomar como referência algo bem mais familiar ao modo de vida dos camponeses do que o crédito, que é a poupança, ou o fundo. A relação dos camponeses do semiárido com a criação animal, por exemplo, além da atividade em si e da renda que pode gerar com os produtos dela derivados, tem relação íntima com a ideia de poupança. No período seco, a venda das criações representam um recurso a mais que pode ser indispensável quando a agricultura torna-se inviável, e quando as demais atividades de geração de renda são insuficientes. Ou seja, elas também funcionam como uma espécie de poupança. Mas essa poupança, já contabilizada no cálculo econômico do camponês, será investida em que no futuro? A resposta em geral é: no que precisar (TOLENTINO, op. cit.). A finalidade dessa poupança também não está referida em um futuro abstrato, onde o investimento é planejado de forma que possa realizar cumulativamente sua própria remuneração. Da mesma forma é compreendido o chamado Fundo Rotativo Solidário (FRS). O FRS é como uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer economicamente uma comunidade. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade. É chamado de Fundo pois reúne recursos (financeiros, mão-de-obra, sementes, animais, etc...); Rotativo, pois circula entre os participantes a partir de necessidades e prioridades elencadas e decididas coletivamente; Solidário, pois o critério principal de distribuição do recurso é o de que venha a beneficiar o maior número de pessoas possível, com prioridade a quem mais precisa (AS-PTA, et. al., 2011).

Um exemplo bastante reconhecido entre as dinâmicas do Polo Sindical da Borborema é o FRS para construção de cisternas de ferrocimento, para captação e armazenamento de água da chuva.

A cisterna se inscreve no quadro das necessidades, reconhecidas dentro desse tempo cíclico, de estocagem de água para o período seco. Ou seja, no momento em que as famílias se associam a um Fundo rotativo de cisterna, não o fazem tomando em consideração um futuro

calculado dentro do quadro de um plano. Aqui, a lógica da previdência se sobressai à lógica das oportunidades abstratas (TOLENTINO, 2013).

Em muitas comunidades, o FRS remete a práticas muito antigas de Fundo comunitário. Muitas delas eram organizadas em função das atividades religiosas comungadas pelos moradores, conforme conta o coordenador do Núcleo de Recursos Hídricos da AS-PTA, José Camelo:

O Fundo Rotativo se espelhava muito na forma como a comunidade se organizava. Tem sempre uma “medalha”, que visitava toda família e a cada família que passasse, ficava uma semana, o pessoal rezava todos os dias. E todos os dias você se “cotizava” ali, colocava ali a sua contribuição. E aquele recurso que ficava ali na medalha era o recurso que ajudava a comunidade quando alguém adoecia, quando precisava construir a casa de alguém. [...] No momento da reza tinha a “oferta”. E aí, com esse recurso o pessoal dizia “adoeceu fulano, vamos comprar remédio”. Então o Fundo Rotativo levava as pessoas a resgatar esses diversos gestos de solidariedade que as famílias sempre viveram em comunidade. (José Camelo, 2015).

Um elemento bastante interessante nesse depoimento é a semelhança estabelecida entre o FRS e as práticas culturais mais tradicionais, cujas finalidades se equivalem, isto é: garantir coletivamente a satisfação de necessidades comuns através de uma dinâmica de poupança. Diante disso, a contribuição gradativa de cada família ao Fundo configura-se como um voto de solidariedade às necessidades reconhecidamente comuns.

Esta solidariedade, entretanto, fragiliza-se na proporção que aumenta a distância do reconhecimento mútuo dessa necessidade comum, baseada na experiência vivida. Sendo essa experiência vivida pertencente a uma coletividade historicamente construída, e não uma experiência individual, ela é portanto, experiência partilhada.

É nesse sentido que determinados traços culturais presentes nas comunidades camponesas, cumprem um papel importante para o enraizamento da dinâmica dos Fundos Rotativos, referenciada na experiência partilhada, que apreende um futuro enquanto “por vir” de um “tempo cíclico” (TOLENTINO, 2013). Ela se expressa na forma de uso e gestão dos recursos naturais e financeiros em determinada porção do espaço, sendo também, portanto, uma forma de apropriação territorial.

Nesse sentido, é possível notar também, que as relações entre a necessidade de se fazer uso de um fundo, possuem uma vinculação com as próprias relações interpessoais entre aqueles nela ou nele implicados. No caso do banco, esta relação não existe. Os procedimentos são todos

impessoais, e os riscos de endividamento, sem a possibilidade de que sua situação real vivida seja levada em conta, são fatores que reforçam o distanciamento dos camponeses dessa relação com o crédito bancário (TOLENTINO, op. cit.).

A ausência de uma política de crédito voltada para as necessidades dos camponeses, e posteriormente, as relações contraditórias entre as representações oficiais do PRONAF e a apreensão/uso do crédito pelos camponeses no nordeste, bastante aprofundadas por Tolentino (2013), revelam alguns dos desafios enfrentados pelos camponeses no período em que a AS-PTA chega à Paraíba, em 1993. Por outro lado, esses aspectos culturais levantados, revelam estratégias e ações sociais que os camponeses foram construindo histórica e criativamente para sua reprodução social no território. Estratégias e ações as quais a AS-PTA procurará sensivelmente estimular a reconstrução com novos sentidos, a partir de sua aproximação com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região.

A proposta de parceria com os STRs se deu por conta do reconhecido protagonismo que alguns sindicatos da região tiveram historicamente, e ainda tinham, nas dinâmicas de organização social dos camponeses. “Tratava-se de conectar suas pautas de luta, [...] à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do território” (SILVEIRA ; FREIRE ; DINIZ, 2010, p. 15).

Essa atuação da AS-PTA por meio do então chamado “Programa Paraíba”, teve início através de uma primeira parceria com três STRs: Solânea, Remígio e Lagoa Seca. O ponto de partida dessa atuação conjunta foi a realização de um diagnóstico da agricultura camponesa da região. Trata-se de uma ação baseada no entendimento de que as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores ao longo dos anos de convívio em seus agroecossistemas, são dotadas de conhecimentos e estratégias de grande relevância, e o entendimento de sua estrutura e funcionamento é de suma importância para realização de qualquer tipo de inovação (SILVA, 2013).

A metodologia utilizada para esse diagnóstico foi a do DRPA – Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas, que busca fornecer subsídios para análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente, bem como mobilizar as comunidades rurais e organizações locais no processo de análise (PETERSEN; SILVEIRA; ALMEIDA apud SILVA, 2013, p. 105). Nesse processo, as próprias famílias, comunidades e organizações camponesas identificam e reconhecem as práticas bem sucedidas

para cada finalidade, bem como as experiências inovadoras presentes na própria agricultura familiar local, que não haviam ganhado visibilidade (SILVA, 2013).

Paralelamente, a luta sindical na região da Borborema foi marcada, em 1994, pela articulação entre sete STRs que se organizaram conjuntamente em torno da luta previdenciária e também para reivindicar da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA) uma comercialização mais justa (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16). Essa articulação foi a liga principal entre os STRs da região, que fez com que as ações da AS-PTA em parceria com os STRs dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca, e ainda as associações comunitárias desses três municípios fossem aos poucos se irradiando e despertando o interesse dos demais sindicatos e de outras organizações de agricultores do agreste paraibano.

Um outro fator que acabou contribuindo para que as experiências e propostas agroecológicas em andamento na região despertassem ainda mais interesse nos municípios do entorno, foi a notória capacidade de resistência e estabilidade das famílias camponesas que estavam desenvolvendo experiências no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes, em um período bastante delicado de estiagem prolongada, vivido entre 1998 e 1999 (SILVEIRA; FREIRE; DINIZ, 2010, p. 15).

Tudo isso contribuiu para que a proposta agroecológica do “Programa Paraiba” de desenvolvimento local da AS-PTA, fosse aos poucos sendo ouvida com maior atenção na região, tanto pelos agricultores como pelas organizações sindicais. Roselita Vitor Costa, assentada da reforma agrária em Remígio-PB, atualmente coordenadora do Polo, conta como foi esse processo na perspectiva dos STRs:

Aquele sindicato que até então não saía do “birô” (escritório, gabinete), foi sendo provocado a ter que tomar uma mudança, ter que mudar sua forma de agir. [...] “por que que o sindicato tá indo visitar as comunidades? Por que que o sindicato vizinho de Remígio, tá fazendo evento com os agricultores lá e tão discutindo propostas e ideias pra melhorar a agricultura? Se agente antes só tinha barreiro pra botar água, e está se discutindo Fundo Rotativo de cisterna, pra melhorar o armazenamento e a qualidade da água?” Então essas histórias elas foram tomando corpo.

As direções sindicais, começaram a valorizar os agricultores, ver como pessoas que tem conhecimento e que poderiam contribuir com a mudança da agricultura do seu município. [...] E ao mesmo tempo que o sindicato passa a ser o instrumento de mobilização e organização dessas famílias em torno de um projeto político que é a agricultura familiar e a agroecologia. A ponto dessa experiência hoje, que teve até 2001, 3 municípios como referência na construção da agricultura e do sindicalismo, hoje são 14 municípios que agente atua. (Roselita Vitor Costa, 2015).

Interessante notar, a partir deste depoimento, que os 3 sindicatos que incorporaram desde o início dos trabalhos, a perspectiva de mobilização social construída através da parceria com a AS-PTA e as associações comunitárias, passaram a exercer uma forte influência sobre os demais STRs da região. Cabe destacar que, no caso dos três STRs “precursores”, sua posição geográfica era portadora de uma carga de convergências entre as comunidades camponesas de seu entorno, maior em relação aos demais. Isso por conta de estarem situados no brejo paraibano, por onde toda a luta travada durante os anos 1980 foi mais expressiva, com os sujeitos e atores sociais já destacados.

### **A construção de uma territorialidade camponesa e agroecológica**

A discussão levantada pela Agroecologia, da busca por uma relação metabólica mais harmônica com o ambiente, e da sustentabilidade voltada para melhor qualidade de vida, saúde e autonomia das pessoas, encontra no semiárido nordestino um embate entre duas perspectivas opostas de relação com este domínio morfoclimático, e por assim dizer, de relação sociedade x natureza: a da **Convivência com o Semiárido**, em oposição à perspectiva do **Combate à Seca**, sendo esta última, portadora de um discurso que orientou e legitimou uma série de políticas públicas ligadas ao tema das secas, historicamente na região nordestina.

O pensamento da convivência parte de posicionamentos críticos “sobre o papel do Estado no combate à seca e no incentivo à modernização conservadora da agricultura brasileira” (MACIEL; PONTES, 2015, p. 51). Tais críticas são fundamentadas na ideia de que a seca, fenômeno natural previsível, foi mistificada historicamente como responsável exclusiva pelo subdesenvolvimento do semiárido. Mistificação essa, que mascarou a forma de organização da sociedade brasileira, concentradora e excludente, eximindo-a de suas implicações nas graves consequências das secas (MACIEL; PONTES, op. cit).

Partilhando dessa análise, a perspectiva da Convivência com o Semiárido, chama atenção para necessidade de se criar alternativas frente a questões concretas no cotidiano dos pequenos agricultores, para além das análises macroestruturais.

Trata-se, por conseguinte, da expressão atualizada de um projeto de mudança política para a região, onde os protagonistas seriam os habitantes e organizações sociais que se fundamentam nos conhecimentos técnicos e produtivos inerentes ao semiárido para formular políticas públicas (MACIEL; PONTES, 2015, p. 51).

Um dos grandes desafios para aqueles que buscavam construir soluções para esses problemas na perspectiva da Convivência com o Semiárido, era atingir coletivamente a compreensão de que era possível estocar uma quantidade grande de água mesmo em uma região de pluviosidade pouco distribuída ao longo do ano. O discurso da seca, com a percepção da região como sendo fadada à escassez foi muito fortemente inculcada no senso comum, de modo que as alternativas postas em prática por muitos agricultores acabavam ficando invisibilizadas, tornando o reconhecimento delas muito difícil por boa parte das famílias camponesas.

Outro desafio era o de compreender as limitações da estratégia de construção de “barreiros” para estocagem de água, quando a finalidade é o uso doméstico. Foi necessário estabelecer espaços para reflexões e discussões sobre a importância de se distinguir uma água com qualidade, para além da aparência, e de se construir uma fonte de captação e armazenamento mais segura quanto à manutenção dessa qualidade.

As chamadas cisternas de placa, ou cisternas de ferrocimento, foram as que melhor responderam a essas demandas tão latentes na realidade do semiárido, e que melhor se adequavam às condições financeiras da população, pelo seu baixo custo em relação ao volume de água que propicia armazenar. No depoimento a seguir, Francisco Costa, camponês morador da comunidade da Gruta de Santa Tereza, em Solânea, brejo paraibano, conta sobre a origem desta tecnologia amplamente apropriada em diversos territórios espalhados pelo semiárido brasileiro:

Essa cisterna veio de São Paulo. Um cara de Sergipe que foi pra lá, trabalhou numa granja lá de um homem. Tem até o filme dele. Ele fazia várias piscinas redondas com aquelas placas. Foi um pedreiro de Sergipe. Aí, ele veio pro estado dele e disse: “vou fazer uma daquela aqui”. Chegou na terra dele, tava muito seco e ele disse: “vou fazer uma daquela, mas não pra tomar banho, pra eu guardar água”. Aí, fez o modelo e disse: “mas cobrindo não dava melhor?”. Aí, fez os trilhos, a lajota, cobriu. A primeira aprovou. Aí, dessa de Sergipe que espalhou.[...] Depois da cisterna, [...] acabou forma de infecção do intestino das crianças, que era direto nos hospitais tomando soro. Isso, as cisternas resolveram o problema. (Francisco Costa, 2015)

Nesse trecho, Francisco destaca não somente o impacto positivo das cisternas do ponto de vista da saúde, mas também o fato de ter sido uma tecnologia desenvolvida por um camponês. Ainda que tenha sido um pedreiro, como ele conta, sua identidade como retirante

que retorna à terra de origem buscando uma estratégia para solucionar um problema concreto da vida cotidiana do semiárido rural, ganha força na narrativa de Francisco.

Nos finais dos anos 1990, várias experiências de construção de cisternas começam a se espalhar pelo semiárido nordestino. O Polo Sindical da Borborema e a AS-PTA, tomou como uma das principais estratégias para ampliação dessas experiências em sua área de atuação, o apoio e incentivo à criação de Fundos Rotativos Solidários (FRS) dentro das comunidades.

Nesse mesmo período, a união de forças sociais que encontraram semelhanças nas ideias e práticas alinhadas nesta perspectiva, criou condições para a conformação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a qual a AS-PTA e o Polo Sindical da Borborema fazem parte (MACIEL; PONTES, 2015; SILVA, 2013). A ASA propiciou uma grande sistematização das diversas experiências que foram sendo testadas por muitas ONGs e institutos de pesquisa. Essa sistematização forneceu subsídios para elaboração de projetos de políticas públicas para toda à região, nessa perspectiva de convivência com o semiárido.

A mais expressiva política pública realizada como fruto desse processo de experimentação, articulação e sistematização, foi o programa conhecido como PIMC, ou “Um milhão de cisternas rurais”, cujo objetivo foi ampliar a implantação das cisternas de placa ou ferrocimento para captação e armazenamento de água da chuva por todo o semiárido nordestino. Foi implementado a partir da parceria entre a ASA e o Governo Federal, em 2003, entrando no Orçamento Geral da União, e tendo como canal financiador o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (MACIEL; PONTES, 2015; SILVA, 2013).

A partir desse marco, e de muita negociação, outras políticas públicas elaboradas em parceria com ASA começaram a ser implementadas, de modo que houve um período em que a noção de convivência com o semiárido moveu-se através de uma ação coletiva de diversas organizações que pressionaram o Estado de baixo para cima.

Mesmo com a consolidação do PIMC, a AS-PTA e o Polo seguiram incentivando e apoiando a dinâmica dos Fundos Rotativos Solidários nas comunidades. Para eles, os FRSs tinham uma função organizativa e mobilizadora das comunidades, e que também conservava certo nível de autonomia política na relação destas com a Política Pública. Sua compreensão é a de que quanto maior e mais abrangente a Política Pública, como foi o caso do PIMC, mais dispersa ela se torna. Assim que, elas tendem a beneficiar um número bem maior de pessoas, mas que não necessariamente se articulam entre si. Então, um dos cuidados na elaboração do Programa, foi de construir uma forma de implementação que pudesse fortalecer a organização



e a articulação entre os beneficiários dentro das comunidades. Ainda assim, a forma mais concreta alcançada neste sentido foi a dos FRSs. Trata-se de um modo de construção e implementação da Política Pública que a insere dentro de uma dinâmica territorial em movimento, e que segue na contramão da lógica clientelista, conforme explica José Camelo (2015):

Então a ideia era estimular pra que essas famílias também olhassem que esses recursos que chegam, eles pudessem se multiplicar na comunidade. Então agente multiplicou muitas cisternas com esses Fundos Rotativos. [...] Então, aí, vem outras pessoas e diz: “não, vocês tem tudo de graça”. Então você desmobiliza a comunidade. Isso porque as políticas públicas, elas nasceram assim. [...] Porque o nordeste, sempre era olhado como os coitadinhos, os pobrezinhos, né? Os miseráveis da seca. Por que? Porque as políticas públicas não tinham essa vontade de transformar essa realidade. Por que? Porque quanto mais pobre e mais miserável, mais fácil de ser manobrado. [...] “Quanto eu to empoderado, quando eu tenho a minha reserva, meu estoque de água, de alimento, de forragem, [...] eu não preciso ficar bajulando o politico, pedindo isso ou aquilo. Na medida em que as famílias deixam de fazer isso, eles lá perdem poder.

Por este depoimento, é possível perceber destacar alguns conteúdos territoriais presentes na dinâmica dos Fundos Rotativos Solidários, em sua relação de confrontação com uma dinâmica de exercício do poder dominante na região, que se estrutura a partir da escassez.

A dinâmica dos FRS solidários voltada para construção de um sistema agroecológico de produção, e para a convivência com o semiárido, apresenta-se como uma ferramenta de organização social e econômica que ajuda a materializar de forma coletiva, condições de infraestrutura para estoque em pequena escala, de recursos primordiais como água, alimentos e sementes, onde há um protagonismo daqueles que estão mais diretamente ligados aos usos e às necessidades dessas infraestruturas e recursos. Trata-se portanto de uma territorialidade fundada na apropriação, nos usos, gestão e manutenção dos recursos locais, que conforme exposto, pressupõe uma autogestão, ou auto-organização das comunidades. Na medida em que este movimento, logra êxitos em seus objetivos, cresce o nível de autonomia dessas famílias em relação às políticas de emergência e assistência, sob controle dos poderes locais.

Assim que, este tipo de dinâmica organizacional, enfraquece as bases de sustentação do modelo clientelista de Política Pública, e por isso mesmo entra em choque com os interesses daqueles que tradicionalmente se beneficiam dela. É justamente neste conflito entre relações de



poder materializadas na apropriação do espaço e domínio dos recursos, que a dinâmica dos Fundos Rotativos Solidários revela seu caráter territorial.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

AS-PTA; Polo Sindical da Borborema; PATAC; Coletivo Regional Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano. **Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes - noções de boas práticas sobre organização e gestão** -. 2011. Disponível em: < [https://issuu.com/aspta/docs/cartilha\\_miolo?backgroundColor=%23222222](https://issuu.com/aspta/docs/cartilha_miolo?backgroundColor=%23222222) > Acessado em: 15/12/2016.

CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc; DE SOUZA BASTOS, Valério Veríssimo. **Ideias e Práticas na Gestão Social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba**. Sustentabilidade em Debate, v. 4, n. 2, p. 19-40, 2013.

FERREIRA, A. P. R. de S. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre O velho e o novo sindicalismo rural**. Universidade Federal da Paraíba, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACIEL, Caio; PONTES, Emílio Tarlis. **Seca e convivência com o semiárido: Adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro**. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MARQUES, Marta. I. M.. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 11, nº 12, p.57-67, jan-jul/2008.

MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS: Território da Borborema – PB / Resumo Executivo 2010-2020**. 2010. Disponível em: < [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio024.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf) > Acessado em 15/12/2016

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra do Estado da Paraíba.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008. 501 f.

OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Cardoso. **Faces da religião católica no Brejo da Paraíba: experiências de cura e sincretismo no contexto do catolicismo contemporâneo.** In: Anais do XIII Congresso de Sociologia - UFPE, 2007.

PIRAUX, Marc; DE SOUSA MIRANDA, R. **A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no agreste paraibano.** Raízes. Revista de ciências sociais e econômicas, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFPB, João Pessoa, 2012.

SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. **Campesinato, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em Solânea-PB.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. **Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território.** Revista Agriculturas, v. 7, n. 1, 2010.

TOLENTINO, M. L. D. L. **O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.